

PLANEAMENTO DO PÓS-CONFINAMENTO É UMA PRIORIDADE

O PSD defende que o planeamento do pós-confinamento deve ser desenhado “rapidamente”, para que os portugueses saibam, com tempo, preparar as próximas semanas

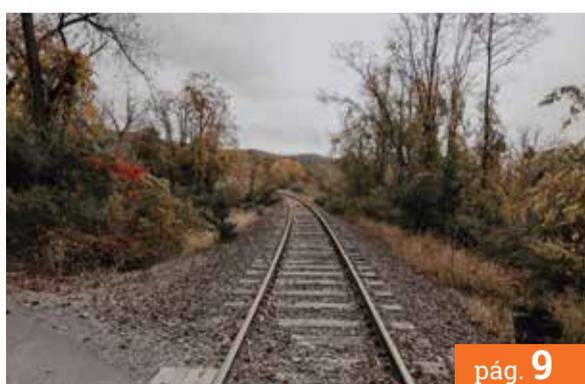


pág. 4

PARLAMENTO

PSD DEFENDE COMISSÃO CIENTÍFICA INDEPENDENTE PARA APOIO DA RESPOSTA À PANDEMIA

Esta Comissão seria constituída por especialistas de elevada formação científica e profundos conhecimentos técnicos, incluindo epidemiologistas, matemáticos e profissionais de saúde



pág. 9

LOCAIS

PSD DEFENDE ANTIGO TRAÇADO FERROVIÁRIO DESATIVADO DO “RAMAL DE MOURA”

Pedro Roque e Cristóvão Norte questionaram o Governo, sobre se está a ser ponderado algum projeto de transformação do antigo ramal de Moura numa ecopista



pág. 10

REGIONAIS

FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA É “INSUFICIENTE”

O Estado central tem relegado a Universidade da Madeira para “o patamar mais baixo do ensino superior” no país, acusou a deputada do PSD na Assembleia Regional Sónia Silva



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

PADRÃO DO ABSURDO

O Governo não teve a humildade de aprender nada com os incêndios de Pedrógão Grande, como não retirou qualquer ensinamento da derrocada de uma estrada junto a duas pedreiras em Borba.

Há dois traços comuns nos dois acontecimentos. O Governo não soube assumir a autoridade de Estado em que está investido e não fez o que lhe competia na reparação dos danos. E o Primeiro-Ministro, como se repetiu no caso de Tancos, nunca sabe de nada. Nunca nada que corra mal é com ele.

Ao contrário da demissão do ministro Jorge Coelho, em 2001, na sequência do desabamento da ponte de Entre-os-Rios, os atuais governantes socialistas têm optado, sistematicamente, por sacudir a água do capote, alimentando uma cultura decisória, entre a cobardia a hipocrisia política.

As tragédias acontecem e Governo parece desprezar a inteligência das pessoas. Ficamos a saber, há dias, que a IP - Infraestruturas de Portugal, empresa exclusivamente de capitais públicos, lançou um concurso para a construção de um Memorial às vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, orçado em 1,8 milhões de euros.

O valor da empreitada constitui uma verdadeira afronta a todos os portugueses, mas sobretudo às próprias vítimas, em particular e representa uma contradição moral insanável, quando comparada com os 2,5 milhões de euros disponibilizados pelo Fundo REVITA, que vai financiar o apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos trágicos incêndios de 2017.

Não há preço nenhum que pague o valor de uma vida e, depois de o Estado ter falhado na sua função de proteger, a melhor homenagem que o Governo poderia prestar àqueles que perdemos para os incêndios, era tratar com dignidade os sobreviventes, tentando pelo mau exemplo, emendar a mão.

Quando ainda está por fechar o capítulo da reparação dos prejuízos dos fogos na região Centro, com centenas de casas por reconstruir, o Governo permite-se gastar quase 2 milhões de euros para erigir um lago, uma fonte e um mural. Este modo de cuidar e gerir os recursos públicos é uma aberração e uma contradição completas. O Governo atenta contra a dignidade das famílias que perderam casas, bens e sobretudo, os familiares enlutados, cujas vidas foram interrompidas por um destino cruel, perante o qual um Estado negligente e desgovernado, soçobrou.

No caso de Pedrógão, por exemplo, será que o Governo está a fazer o que lhe compete na limpeza dos terrenos e das matas ou, mais uma vez, vai correr atrás do prejuízo? E no reforço dos meios e recursos para as corporações de bombeiros e forças de segurança, o Governo poderá garantir que não lhe vai faltar nada quando começar a época estival? E o que tem feito o Governo para exigir às empresas o respeito das normas de manutenção e vigilância das redes elétricas? A rede SIRESP vai mesmo funcionar quando precisarmos de comunicações operacionais, em caso de emergência real?

Quando Portugal lidera, pela quarta vez, a presidência do Conselho da União Europeia, e com a promessa da chegada de mundos e fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, o Governo dá-se ao luxo de desbaratar 2 milhões de euros num memorial. Esta gestão leviana dos dinheiros nacionais também não pronuncia, nem inspira confiança alguma quanto à execução rigorosa dos apoios comunitários. É expectável que, infelizmente e na mesma escala, dezenas de projetos não acrescentem nada de estrutural para a economia, servindo apenas o compadrio, o desperdício e as redes de interesses em torno dos fundos de Bruxelas. Podemos até chamar-lhes os filhos dos PRRgates.

Recentemente, um deputado socialista defendia a demolição do Padrão dos Descobrimentos. É a irracionalidade e o disparate a tomar conta da agenda socialista. Um vírus que se tornou banal nos dirigentes e governantes socialistas. O que o referido deputado ainda não se lembrou foi de propor que, em vez de destruir a memória coletiva, se erguesse um monumento nacional à asneira em ascensão. O PS segue, cada vez mais, o padrão do absurdo.

PLANEAMENTO DO PÓS-CONFINAMENTO É UMA PRIORIDADE



O PSD defende que o planeamento do pós-confinamento deve ser desenhado "rapidamente" para que os portugueses saibam, com tempo, o que se vai passar nas suas vidas.

Numa declaração no final da reunião no Infarmed, dia 22 de fevereiro, Maló de Abreu sublinhou a importância da clareza da mensagem e dos critérios para o desconfinamento. "O planeamento tem falhado em muitas circunstâncias e não pode falhar novamente", frisou.

Maló de Abreu assinalou como positiva a redução dos números de infetados e de mortos, mas alertou que as autoridades continuam sem conseguir identificar 84% dos contágios, um número muitíssimo elevado para o qual o PSD tem alertado.

Face a estes dados, o social-democrata reiterou a importância da testagem: "Dissemos há muitos meses e hoje somos acompanhados por quase toda a gente, incluindo pelo Governo, que é necessário testar, testar, testar, identificar e isolar. É preciso quebrar as cadeias de contágio". Com os especialistas a revelarem que a testagem está a descer muito, Maló de Abreu apelou ao Governo para que atue e inverta esta tendência.

PEDRÓGÃO GRANDE

<p>FUNDO REVITA (ajuda às vítimas):</p> <p style="font-size: 2em;">2,5 M€</p>	<p>Monumento de homenagem:</p> <p style="font-size: 2em;">1,8 M€</p>
---	--

CONCORDA?

AINDA EXISTEM CENTENAS DE CASAS POR RECONSTRUIR

Fonte: 13º Relatório Trimestral REVITA

PRIMEIRO PORTUGAL

CONFERÊNCIAS “PELO TRABALHO, PELAS PESSOAS”

O Secretariado Distrital de Braga dos Trabalhadores Social Democratas (TSD/BRAGA) promove, em 2021, um ciclo de conferências intituladas “Pelo Trabalho, Pelas Pessoas” no formato online, dado o atual contexto pandémico – plataforma Zoom Meeting e transmissão via Facebook dos TSD/BRAGA.

Com este ciclo quinzenal de conferências (segunda e quarta quinta-feira de cada mês), os TSD/Braga procuram proporcionar aos candidatos autárquicos do PSD, de cada um dos 14 concelhos do distrito de Braga, uma apreciação crítica do mandato a terminar e projetar os próximos quatro anos de governação municipal, perante os seus munícipes e outros interessados, sem qualquer condicionalismo temático, mas com foco nas políticas sociais e de emprego, temas caros a esta estrutura autónoma do Partido Social Democrata.

Estas conferências contam com o apoio ativo a Distrital de Braga do PSD e JSD, bem como das respetivas Comissões Políticas concelhias.

A primeira iniciativa deste ciclo de conferências ocorreu na noite de 11 de fevereiro, e teve como convidado o Presidente do Município e recandidato ao terceiro mandato, Ricardo Rio.

Quando chegou à liderança da autarquia, a estratégia política vencedora das eleições de 2013, fora delineada para o ciclo político de 12 anos (três mandatos possíveis para a sua liderança), apostava no caminho de potenciar a Investigação & desenvolvimento, aproveitando e estimulando os recursos humanos jovens e qualificados formados regionalmente em articulação com os diversos agentes.

A maior referência foi a transformação da decadente “Parque de Exposições” na “InvestBraga”, ajudando a tornar, com a sua ação, a cidade mais atrativa ao investimento, permitindo gerar um crescimento exponencial de empresas instaladas, criando emprego mais estável e mais bem remunerado, um pilar nuclear para a qualidade de vida das pessoas. Essa capacidade de atração de pessoas resultou num crescimento enorme no turismo (mais que triplicou em número de dormidas no concelho), e ajudou o comércio a aumentar o volume de faturação.

Outra frente importante do executivo municipal foi a aposta na concertação social com as estruturas sindicais, permitindo garantir mais e melhores condições aos trabalhadores do universo municipal. Tudo conjugado pode considerar-se extraordinários os resultados conseguidos, entre 2013 e 2019, ao nível das respostas sociais (muitas vezes substituindo-se ao Estado), no apoio à educação (refeições, manuais escolares, equipamento informático, dotação de recursos humanos), dinâmica cultural e valorização do património e do meio ambiente.

Por outro lado, registre-se o facto de durante anos os Municípios estarem fortemente condicionados na política de recrutamento, delapidando fortemente o seu capital humano, situação que só muito recentemente tem vindo a ser corrigida, apesar do excessivo peso dos procedimentos que prejudicam a eficácia necessária em algumas situações; a chegada da pandemia no início de 2020 veio quebrar o ritmo de crescimento da cidade que urge retomar.

Relativamente ao futuro, espera-se uma renovação do mandato, com uma eleição confortável e reforçada, reflexo do trabalho desenvolvido, e deverá ser o reflexo das políticas pensadas para o ciclo dos três mandatos,

fortalecendo iniciativas já executadas ou em execução e avançar com outras que surjam como prementes. Além disso, a Autarquia pretende estimular o nível do investimento para a concretização do Parque das Sete Fontes (com início de usufruto a curto prazo), a variante do Cávado, para o “desatar” do chamado ‘Nó de Infias’ (com responsabilidade repartida com o IEP), a re ligação da Rua Nova de Santa Cruz, a Inovation Arena, o Parque de

acolhimento de empresas tecnológicas para as Ciências da Saúde e na área da aeronáutica a possibilidade de redesenho do aeródromo, de forma a possibilitar “outras ambições” em termos de mobilidade. A qualificação da cidade orientada para a sustentabilidade faz prever uma “revolução” nomeadamente com modos de transporte mais sustentáveis (e com o apoio de fundos comunitários).

CONFERÊNCIAS TSD / AUTÁRQUICAS 2021

PELO TRABALHO PELAS PESSOAS DE BRAGA

com Ricardo Rio
Presidente da Câmara Municipal de Braga

DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2021
21.30H

Transmissão on-line

Moderação: Afonso Henrique Cardoso
Garanta participação solicitando credenciais para
tsd.braga@gmail.com

TSD
JSD
PSD

PSD DEFENDE COMISSÃO CIENTÍFICA INDEPENDENTE PARA APOIO DA RESPOSTA À PANDEMIA



O PSD defende a criação de uma Comissão Científica permanente para o apoio e acompanhamento da resposta à pandemia da covid-19. Tratar-se-ia de um órgão científico de natureza consultiva, de carácter permanente, que permitiria “consolidar as informações epidemiológicas, e que contribua, ainda, para a elaboração de previsões que possam alicerçar decisões políticas e sanitárias adequadas para debelar a covid-19, tanto por via da vacinação como do tratamento clínico e medicamentoso”.

Esta Comissão seria constituída por “personalidades e especialistas reputados, com qualificações e elevada formação científica e profundos conhecimentos técnicos – incluindo epidemiologistas, matemáticos e profissionais de saúde com atividade no terreno – atuando ainda com total independência técnica e funcional relativamente ao Executivo e às próprias autoridades sanitárias”.

Num projeto de resolução que deu entrada no Parlamento, o PSD assinala que, no combate à pandemia, o Portugal confronta-se com “a tomada reiterada de decisões erráticas, tardias, desadequadas, por vezes mesmo cegas, não raro agravando a ansiedade social que os portugueses compreensivelmente já vivem há cerca de um ano”.

“O grupo parlamentar do Partido Social Democrata considera que o sucesso de qualquer estratégia e das próprias medidas de combate à pandemia de covid depen-

dem – e muito – da correção, fiabilidade e suficiência da informação técnica e epidemiológica que, em cada momento, é disponibilizada às autoridades públicas competentes, em particular as da esfera governamental. As decisões políticas e as medidas sanitárias devem ser sólidas, claras, fundamentadas e alicerçadas na melhor evidência científica existente”, apontam os deputados na exposição de motivos.

Para os deputados do PSD, “uma Comissão Científica Permanente para o apoio e acompanhamento da resposta à pandemia da covid-19, que assegure a avaliação, o acompanhamento e a monitorização da evolução da pandemia e apoie a resposta e o processo de decisão das autoridades públicas competentes para o seu controlo e erradicação, contribuirá, certamente,

para melhoria da qualidade da resposta das autoridades à crise pandémica que o País enfrenta”.

O PSD cita ainda, para justificar esta proposta, uma afirmação de Naomi Oreskes, professora de História da Ciência na Universidade de Harvard, que a propósito da pandemia, disse: “Quando ignoramos os dados científicos, pomonos em perigo”.

Neste contexto, e sem questionar o mérito das reuniões de especialistas, que têm decorrido no INFARMED, desde meados do ano passado, o PSD considera útil a criação deste “órgão científico permanente, composto por especialistas de várias áreas, à semelhança, aliás, do que sucede noutros países, como são os casos do Reino Unido ou da Alemanha”.

O PSD recomenda ao Governo que crie uma Comissão Científica Permanente para:

- Assegurar a avaliação, o acompanhamento e a monitorização permanentes da evolução da pandemia por COVID-19, apoiando a resposta e o processo de decisão das autoridades públicas competentes para o seu controlo e erradicação, emitindo, ainda, os pareceres científicos que lhe sejam solicitados pelo Governo ou pelas autoridades de saúde e propondo as medidas que se lhe afigurem necessárias ou aconselháveis nesse domínio;*
- Integrar um adequado número de técnicos especialistas de reconhecido mérito, com competências, especialmente no âmbito da epidemiologia, da matemática e da saúde aplicada, designados através de um processo que envolva a Assembleia da República e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;*
- Atuar de forma independente no desempenho das suas funções, não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas.*

DOENTES ONCOLÓGICOS

TEMPOS DE ESPERA PARA A OBTENÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS ESTÃO A AGRAVAR-SE

O PSD está preocupado com a forma como o Governo está a tratar os doentes oncológicos no contexto de pandemia, nomeadamente no que se refere à emissão de atestados por incapacidade. “Se antes da pandemia a demora na emissão de atestados médicos de incapacidade multiusos era já muito elevada, a decisão do Governo, tomada há cerca de um ano, no sentido de suspender as juntas médicas para verificação de incapacidades agravou e muito os tempos médios de espera dos doentes para a obtenção dos referidos atestados”, argumenta o PSD.

Numa pergunta à ministra da Saúde, na sexta-feira, os deputados social-democratas interrogam sobre se serão atribuídos atestados médicos de incapacidade multiusos aos doentes oncológicos até à realização de uma junta médica. Recorde-se que numa audição parlamentar de 17 de fevereiro, o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, “apesar de por duas vezes inquirido pelo PSD, não foi capaz de informar o País sobre quais são os atuais tempos médios de espera dos doentes na obtenção de atestados”.

“Vai o Governo ou não adotar a recomendação da Provedoria de Justiça, no sentido de prever ‘a titulação imediata a todos os doentes oncológicos de um grau de incapacidade de 60%, com limite máximo de cinco anos após o diagnóstico inicial ou até à realização da junta médica requerida, se esta ocorrer em momento anterior que aos doentes diagnosticados com patologia oncológica?’”, perguntam os deputados.

O PSD lembra que em outubro a Assembleia da República aprovou uma iniciativa do grupo parlamentar que recomendava ao Governo “a adoção de medidas de urgência para acelerar a emissão e revalidação desses atestados”, entre as quais a atribuição extraordinária de atestados de incapacidade multiusos “aos doentes oncológicos relativamente aos quais não seja possível a realização das juntas médicas no prazo de 60 dias a contar da data do requerimento, um grau de incapacidade de 60%, com limite máximo de cinco anos após o diagnóstico inicial ou até à realização da junta médica requerida”.

O PSD pergunta:

1. Vai o Governo ou não adotar a recomendação da Provedoria de Justiça, no sentido de prever “a titulação imediata a todos os doentes oncológicos de um grau de incapacidade de 60%, com limite máximo de cinco anos após o diagnóstico inicial ou até à realização da junta médica requerida, se esta ocorrer em momento anterior que aos doentes diagnosticados com patologia oncológica”?
2. Vai o Governo ou não adotar a Resolução da Assembleia da República no sentido de conceder, tacitamente e a título extraordinário, o AIMIM aos doentes oncológicos relativamente aos quais não seja possível a realização das juntas médicas no prazo de 60 dias a contar da data do requerimento, um grau de incapacidade de 60%, com limite máximo de cinco anos após o diagnóstico inicial ou até à realização da junta médica requerida?
3. Quais são atualmente os tempos médios de espera dos doentes para a obtenção de atestados médicos de incapacidade multiusos, em termos nacionais e por agrupamento de centros de saúde ou unidade local de saúde?
4. Vai o Governo ou não divulgar regularmente informação sobre os tempos médios de espera dos doentes para a obtenção de atestados médicos de incapacidade multiusos, em termos nacionais e por agrupamento de centros de saúde ou unidade local de saúde?

Os deputados social-democratas querem saber também “quais são atualmente os tempos médios de espera dos doentes para a obtenção de atestados médicos de incapacidade multiusos, em termos nacionais e por agrupamento de centros de saúde ou unidade local de saúde”, e questionam se o Governo vai “divulgar regularmente” esta informação.

Para o PSD, esta informação é “fundamental para a transparência administrativa e a avaliação da qualidade das políticas públicas, além de um indeclinável direito dos cidadãos, em particular daqueles que têm direito à obtenção dos referidos atestados”.



PSD PROPÕE REGIME TRANSITÓRIO PARA REGULARIZAR SEDES DE ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

O grupo parlamentar do PSD acaba de entregar no Parlamento um diploma que propõe a criação de um regime jurídico transitório para regularizar edifícios e espaços sede de associações sem fins lucrativos.

Nesta iniciativa, o PSD começa por destacar que “o associativismo de cariz cultural, desportivo e recreativo tem em Portugal uma longa tradição e um forte enraizamento local, tendo desempenhado um papel fundamental na preservação e valorização das identidades e dos patrimónios territoriais e, até, da socialização e da coesão social em muitas freguesias do território nacional”.

“O problema de legalização de algumas das suas instalações e equipamentos continua, em muitos casos, por concretizar. Por duas razões essenciais: por um lado, porque nem sempre foi possível acompanhar em tempo útil a legislação específica que foi surgindo e, por outro lado, porque importa também, em alguns casos, compatibilizar os edifícios e espaços destas associações com as regras e normas dos instrumentos de ordenamento do território entretanto aprovados”, referem os deputados.

O PSD sublinha que “a maioria das coletividades implantadas no território nacional existem há décadas, fruto do trabalho das populações que criaram redes de apoio e de serviços muitas vezes essenciais para combater o isolamento”.

“A sua sobrevivência, ao longo deste período, foi possível à custa do suor e do trabalho voluntário de tantos anónimos que pelo país fora encaram os mandatos associativos como uma missão altruísta em nome da co-



munidade. Ora muitas delas foram criadas e estão instaladas no terreno muito antes da entrada em vigor de qualquer instrumento de gestão territorial, não tendo, em alguns casos e até à data, o respetivo licenciamento ao abrigo da legislação específica em vigor e dos referidos planos ou instrumentos de gestão territorial”, acrescentam.

Os sociais-democratas pretendem instituir um regime extraordinário e transitório para que as associações legalizem, “sempre que possível e de acordo com a legislação

em vigor, as suas instalações e equipamentos nos locais onde foram construídas, realizando as obras necessárias para este efeito e sujeitando-se a um processo de licenciamento de acordo com os termos e requisitos legais”.

O regime só se aplicaria a associações sem fins lucrativos, pelo que os pedidos de regularização, alteração ou ampliação dos espaços “devem ser apresentados no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor” da lei, caso este diploma venha a ser aprovado na Assembleia da República.

GOVERNO RETÉM INFORMAÇÃO ORÇAMENTAL, PSD QUER OUVIR CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O PSD requereu a audição parlamentar do Conselho das Finanças Públicas (CFP) para esclarecer a que se devem as “dificuldades no acesso à informação” sobre o Orçamento do Estado para 2021 relatadas por esta entidade.

No requerimento, os deputados do PSD invocam o relatório desta entidade, divulgado em meados de fevereiro, e no qual o CFP diz querer contribuir para “uma maior transparência sobre as consequências das alterações introduzidas em sede parlamentar à proposta de OE inicialmente apresentada pelo Governo”.

De facto, no relatório divulgado em 10 de fevereiro, o Conselho das Finanças Públicas afirma que se viu impedido de calcular os impactos do Orçamento do Estado de 2021 em contabilidade nacional, na ótica dos compromissos.

“Isto é, se existem lacunas legais que devam ser supridas e/ou normas que devam ser clarificadas através de iniciativa legislativa da Assembleia da República, para que estas dificuldades não se repitam; ou

se, pelo contrário, a legislação existente é adequada e as dificuldades ficam a dever-se a insuficiente colaboração por parte do Governo”, justifica o PSD.

De acordo com o organismo independente que fiscaliza o cumprimento das regras orçamentais em Portugal, num contexto de crise decorrente da pandemia de covid-19 torna-se ainda mais relevante “aferir bem e especificar o impacto das medidas aprovadas de combate à pandemia, não apenas sobre as rubricas de despesa nos mapas orçamentais respetivos (ou seja, em contabilidade pública), mas acima de tudo as suas consequências em termos agregados e de contas nacionais”.

“No entanto, de acordo com aquela entidade, não terá sido possível cumprir integralmente o objetivo do relatório, devido à “insuficiência da informação que foi enviada pelo Ministério das Finanças, pese a sua atempada solicitação por parte do CFP e insistências realizadas”, apontam os deputados social-democratas, que salientam o facto de, segundo a mesma entidade, “todas estas dificuldades no acesso à informação (e na qualidade da informação prestada)” se terem agravado desde 2020.



PSD QUER SABER SE OS BANCOS ESTÃO A INFORMAR SOBRE A POSSIBILIDADE DE RESGASTE DE PLANOS-POUPANÇA



Num requerimento dirigido ao Banco de Portugal (BdP), o grupo parlamentar do PSD pretende saber se as instituições bancárias estão a informar os clientes da possibilidade antecipada de resgate, em algumas situações, de planos-poupança, aprovada no Orçamento do Estado, para minimizar os efeitos económicos da pandemia. Para o PSD, é “fundamental garantir que todas as instituições de crédito procedem à divulgação deste regime nos termos previstos na lei, o que não estará a acontecer segundo conseguiu apurar”. A fiscalização do cumprimento desta norma compete ao regulador central, ou seja, o Banco de Portugal, e à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativamente às entidades que regulam.

Os deputados do PSD lembram que o regime em vigor até 30 de setembro de 2021 determina a obrigatoriedade de as instituições de crédito e entidades afins de comunicar aos clientes quanto à possibilidade de resgate, sem penalizações, de planos de poupança-reforma (PPR), planos de poupança-educação (PPE) e planos de poupança-reforma/educação (PPR/E) em determinadas situações, para fazer face à quebra de rendimentos dos subscritores deste tipo de produtos.

“Este regime, que vigora até 30 de setembro de 2021, surgiu na sequência de regimes de natureza idêntica adotados durante o ano 2020 com o objetivo de minimizar os impactos económicos das medidas de combate à pandemia da doença covid-19, tendo o PSD tomado a

iniciativa de o alargar a outras pessoas que possam estar numa situação absolutamente dramática em termos financeiros ou com muitas dificuldades”, refere o PSD.

Por esta razão, a bancada social-democrata pede ao Banco de Portugal (BdP) “informação sobre o controlo da aplicação do regime legal aprovado no artigo 362.º do Orçamento de Estado para 2021”, considerando que essa é uma incumbência do regulador no âmbito da supervisão.

“Pode o Banco de Portugal assegurar que todas as instituições de crédito estão a divulgar, de forma visível, a

possibilidade de resgate de PPR, PPE e PPR/E nos seus sítios na Internet e nos extratos de conta?”, questionam os deputados.

O PSD pede ainda ao regulador que, caso não disponha desta informação, desenvolva iniciativas para “apurar eventuais incumprimentos por parte das instituições de crédito”.

“Verificando-se a existência de instituições de crédito em incumprimento, em que medida irá o Banco de Portugal atuar de modo a garantir a observância da legislação em vigor?”, interrogam.

O PSD pergunta:

1. O GP PSD vem requerer ao Banco de Portugal informação sobre o controlo da aplicação do regime legal aprovado no artigo 362.º do Orçamento de Estado para 2021, já que essa é também uma incumbência do regulador no âmbito da supervisão comportamental.
2. Pode o Banco de Portugal assegurar que todas as instituições de crédito estão a divulgar, de forma visível, a possibilidade de resgate de PPR, PPE e PPR/E nos seus sítios na Internet e nos extratos de conta, cumprindo o disposto no n.º 4 do artigo 362.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2021)?
3. Caso não disponha desta informação, que iniciativas tomará o Banco de Portugal no sentido de apurar eventuais incumprimentos por parte das instituições de crédito?
4. Verificando-se a existência de instituições de crédito em incumprimento, em que medida irá o Banco de Portugal atuar de modo a garantir a observância da legislação em vigor?

EXPLORAÇÃO MINEIRA JUNTO À FRONTEIRA PORTUGUESA SUSCITA “MUITA PREOCUPAÇÃO”

O grupo parlamentar do PSD encara “com muita preocupação o projeto de instalação e exploração de volfrâmio e estanho, com extração a céu aberto em Calabor (Espanha), junto da fronteira portuguesa, no distrito de Bragança, e que poderá ter fortes impactos ambientais e sociais transfronteiriços”.

Para compreender a dimensão do problema, o PSD acaba de entregar um requerimento em que solicita ao ministro do Ambiente e da Ação Climática mais informações sobre os impactos de exploração mineira junto da fronteira portuguesa.

O PSD quer ter acesso ao “conjunto das 28 participações que foram submetidas durante a consulta pública”, bem como aos “pareceres técnicos emitidos por serviços do Ministério do Ambiente (ICNF, APA) e eventualmente por outras entidades”.

No requerimento, o PSD dá conta que o projeto Valtreixal “terá impacto direto e significativo em Portugal, o que trará riscos para espécies e populações” e que, “além dos impactos ambientais, existem também impactos socioeconómicos, sobretudo nas comunidades Portuguesas, e que não tiveram a devida apreciação no Estudo de Impacto Ambiental, sendo uma lacuna grave”.

O Projeto Valtreixal supõe um projeto de exploração mineira para a obtenção final de concentrados minerais de volfrâmio e estanho, na concessão denominada “Alto de Repilados”, localizada nas proximidades de Calabor, município de Pedralba de la Praderia.

O projeto situa-se a cerca de cinco quilómetros a norte da fronteira com Portugal. O “Projeto de Exploração de Recursos de Estanho e Volfrâmio Valtreixal n.º 1906 e Alto de Los Repilados n.º 1352” foi sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

Recorde-se que o ministro do Ambiente e Ação Climática, em declarações públicas (“Jornal de Notícias”, setembro de 2020) referiu que “no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental, não foi considerada pela APA que a informação enviada para Portugal fosse suficiente para que pudesse ser feito um juízo do lado português e foi solicitada mais informação a Espanha, a qual ainda não chegou”.

Os deputados social-democratas sublinham que “o PSD entende que este processo tem sido conduzido de forma pouco transparente, sem que se compreenda qual tem sido a posição ou as atuações por parte do Governo e das autoridades nacionais” e requerem que o Ministério do Ambiente e Ação Climática disponibilize os seguintes documentos:

1. O conjunto das 28 participações que foram submetidas durante a consulta pública.
2. Pareceres técnicos emitidos por serviços do Ministério do Ambiente (ICNF, APA) e eventualmente por outras entidades.
3. Ponto de situação atualizado referente a este processo, incluindo troca de informação entre as Autoridades de AIA de Portugal e Espanha, bem como entre os dois governos.



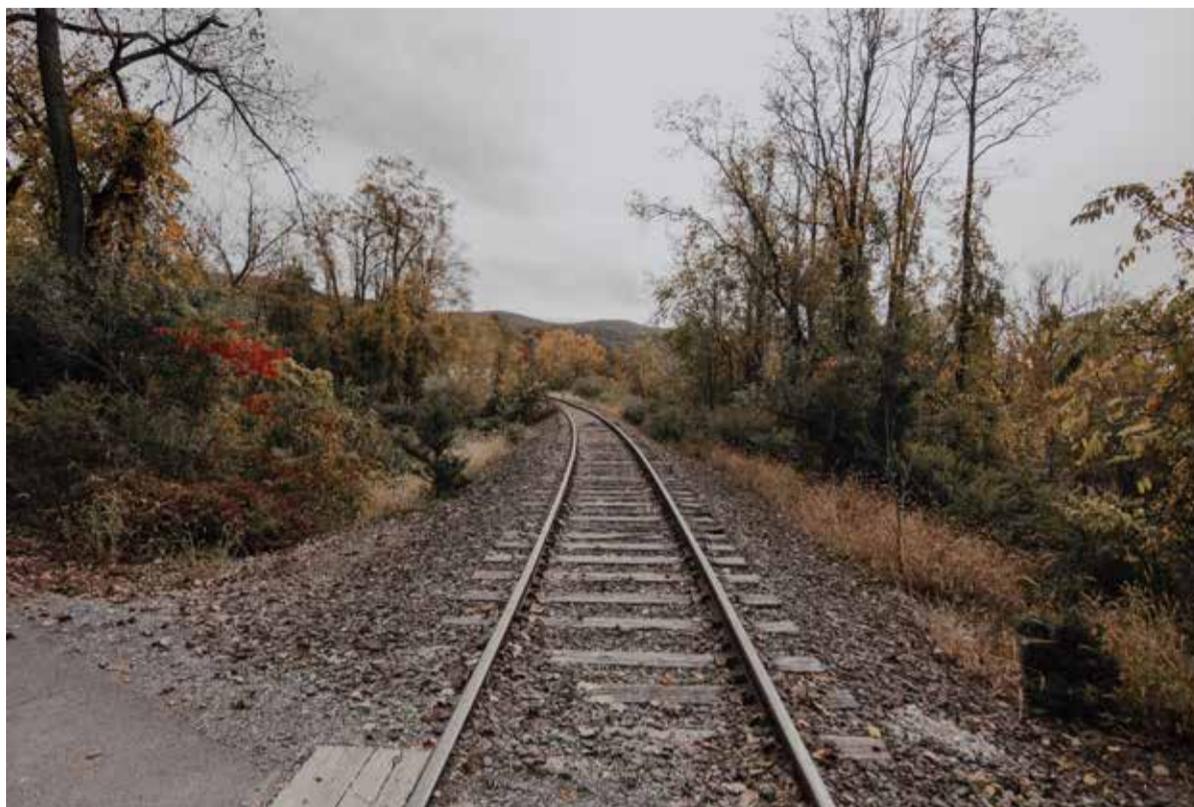
PSD DEFENDE ANTIGO TRAÇADO FERROVIÁRIO DESATIVADO DO RAMAL DE MOURA

Pedro Roque e Cristóvão Norte questionaram o Governo, dando conhecimento do requerimento enviado à tutela e às câmaras de Serpa e Moura, sobre se está a ser ponderado algum projeto de transformação do antigo traçado ferroviário do “ramal de Moura” em ecopista.

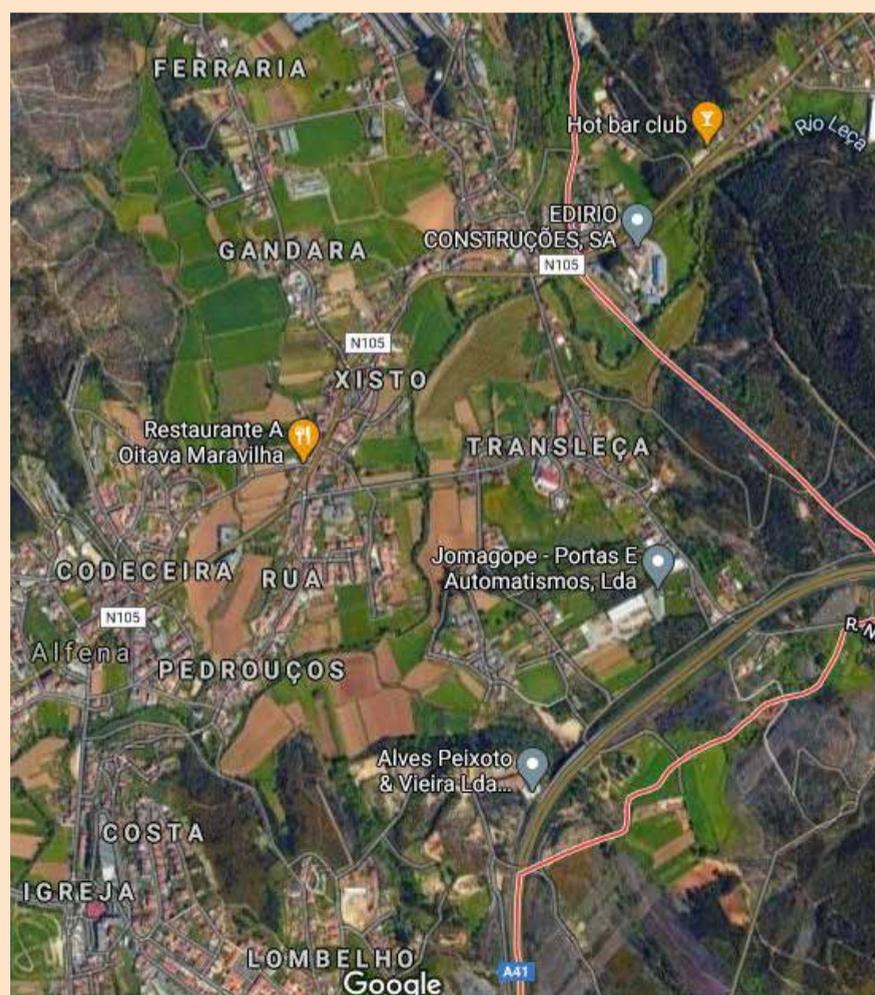
No documento, os deputados referem que “existem em Portugal muitos quilómetros de linhas férreas desativadas e sem serviço de comboios”. Para os parlamentares, “este património de grande valor histórico, cultural e paisagístico tem vindo a ser resgatado do esquecimento e da desapareição através de protocolos estabelecidos entre diferentes municípios e as Infraestruturas de Portugal através do «Plano Nacional de Ecopistas» criado em 2001, integrado na “Associação Europeia de Vias Verdes”, oferecendo um grande potencial ecoturístico e de mobilidade sustentável através da sua reutilização”.

Nesse sentido, defendem que as “ecopistas podem ser transitadas através de modos suaves de mobilidade como sejam o pedestre ou o ciclístico, sendo ainda adequados para os portadores de deficiência”.

E é neste contexto que os deputados do PSD interrogam o Governo se existe algum projeto de criação de uma ecopista protocolado com a Infraestruturas de Portugal, no sentido de se implementar uma ecopista no espaço canal do ramal de Moura.



EN 105: PSD PEDE INTERVENÇÃO DO GOVERNO PARA RESOLVER CONFLITO QUE PREJUDICA A POPULAÇÃO DE ALFENA



Os deputados do PSD eleitos pelo Porto apelam à intervenção do Governo para que seja ultrapassado o impasse da competência para a realização de obras de reparação da Estrada Nacional 105, em Alfena, concelho de Valongo. Um conflito que, segundo o PSD, se arrasta “há demasiado tempo” e que prejudica a população local.

Numa pergunta aos ministros das Infraestruturas e da Habitação, e da Administração Interna, dia 22, os deputados criticam o “jogo de empurra” de responsabilidades entre a Câmara de Valongo e a Infraestruturas de Portugal. De um lado, a autarquia alega que cabe à empresa pública a “realização de reparações”; do outro, a IP considera que compete à autarquia a resolução dos problemas resultantes do “abatimento do pavimento ao coletor e das tampas” de saneamento básico e de abastecimento de água.

Para o PSD, é inaceitável o “endosso permanente de responsabilidades, que prejudica em primeiro lugar a população ali residente, e que deixa prenunciar a ocorrência de acidentes rodoviários graves”.

“A população de Alfena vem contestando o facto, pois os aluimentos persistem e as intervenções pontuais – os “tapa buracos” – disfarçam pontualmente o problema, mas não o resolvem”, alerta o PSD.

A EN 105 é uma estrada nacional que integra a rede nacional de estradas de Portugal, ligando Alfena a Guimarães, como alternativa à N14 que segue para Braga, passando pelos distritos de Porto e Braga. Na zona de Alfena, esta via está absolutamente degradada, fruto do trânsito de veículos que evitam as portagens da A41, mas também da circulação de veículos pesados de mercadorias, de dia e de noite, sobrecarregando e danificando ainda mais o piso de uma via que não está preparada para este volume de carga.

O PSD pergunta:

1. Será que não é possível um entendimento entre estas entidades?
2. Será que não é possível uma solução para o problema?

FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA É “INSUFICIENTE”



O Estado central tem relegado a Universidade da Madeira (UMa) para “o patamar mais baixo do ensino superior” no país, acusou a deputada do PSD na Assembleia Regional Sónia Silva, criticando o financiamento insuficiente atribuído à instituição do arquipélago.

“Assistimos ao silêncio e à inércia do Estado para com a Universidade da Madeira, relegando-a para o patamar mais baixo do ensino superior em Portugal, situação que não aceitamos e que queremos inverter”, declarou a parlamentar social-democrata insular em conferência de imprensa, dia 23 de fevereiro.

A porta-voz do grupo parlamentar da maioria na Assembleia Legislativa da Madeira, bancada que ocupa 21 dos 47 lugares no hemiciclo do arquipélago, salientou que a universidade da região é “um dos principais agentes do desenvolvimento”.

Por isso, sublinhou ser de “extrema importância que a mesma tenha as condições para conseguir responder aos atuais compromissos e novos desafios”.

A deputada realçou que o PSD/Madeira se reuniu recentemente com o atual reitor da UMa, José do Carmo, que deixa o cargo no próximo mês, tendo constatado que o financiamento do Estado a esta Universidade “é manifestamente insuficiente, o que constitui o principal problema desta instituição”.

Sónia Silva argumentou que, embora o ensino superior seja uma matéria da exclusiva responsabilidade do Estado, “o Governo Regional, ciente desta situação, tem vindo a reforçar o seu apoio, nomeadamente através do orçamento regional.

Enunciou que incluiu uma verba de cerca de um milhão de euros no apoio ao curso de Medicina e o pagamento dos vencimentos de 18 docentes destacados, num investimento anual de 700 mil euros. Também cedeu de forma gratuita as instalações no Madeira Tecnopolo, assim como os espaços desportivos que a universidade utiliza, realçou.

Sónia Silva adiantou que, no Orçamento Regional/2021, o Governo da Madeira (PSD/CDS-PP) “reservou uma verba adicional para contratualizar com a universidade, mas que ainda aguarda que o Estado assuma a sua parte e que seja realizado um contrato tripartido, como fez com a Universidade dos Açores”.

O Orçamento do Estado para 2021 atribuiu à Universidade dos Açores uma dotação inicial de 18,4 milhões de euros, afetando à da Madeira 13 milhões, o que representa uma dotação inferior em cerca de 5,3 milhões de euros. O projeto da instalação da Universidade da Madeira começou em 1988, tendo, no ano seguinte, começado a funcionar o primeiro curso, nomeadamente, a licenciatura em Educação Física e Desporto. Na próxima sexta-feira decorre a audição pública para a escolha do novo reitor da Universidade da Madeira, na qual participam os professores Jesus Maria Sousa e Sílvio Fernandes, estando a eleição agendada para 12 de março de 2021.

REMOÇÃO DE AMIANTO DAS ESCOLAS É DE “MÁXIMA IMPORTÂNCIA”

O grupo parlamentar do PSD/Açores considerou que o processo de remoção de amianto das escolas é um assunto de “máxima importância”, tendo apelado a que seja dada “total prioridade” à resolução de um problema que o anterior Governo Regional não resolveu.

“A remoção de amianto dos edifícios de uso público, como são as escolas, é um assunto de máxima importância para o PSD, considerando a toxicidade daquele material e o perigo que representa para a saúde. Doze anos após o início deste processo na Região, ainda existem estabelecimentos de ensino em cujas edificações permanecem materiais contendo fibras de amianto, devido ao incumprimento da lei pelo anterior Governo Regional”, afirmou Joaquim Machado, após uma visita à Escola Básica Integrada dos Arrifes.

O parlamentar social-democrata, que esteve acompanhado pela deputada Délia Melo, lembrou que o anterior Executivo se comprometeu a concluir, até final de 2017, os trabalhos de remoção de amianto das escolas e que a legislação regional sobre a matéria apontava 29 de julho de 2019 como a data limite para o efeito.

“Tendo terminado em julho de 2019 o prazo de 10 anos estabelecido para a remoção de amianto nas escolas, jardins de infância e creches, é altura de se fazer um ponto da situação, principalmente dos casos em que tal não foi ainda concluído ou, mais grave, sequer iniciado, como é o caso desta Escola dos Arrifes”, disse.

“Passados sensivelmente 12 anos, apesar da determinação da lei, das promessas várias vezes repetidas e do risco que esta situação implica, as obras nesta escola nem sequer arrancaram”, sublinhou.

Para Joaquim Machado, esta situação justifica que “seja conferida total prioridade ao arranque da empreitada, esperando que a mesma se efetue com a observância de todos os requisitos de segurança que a lei prevê para a remoção deste tipo de material e, ao mesmo tempo, com a menor perturbação possível para as atividades escolares”.

Nesse sentido, o deputado do PSD/Açores anunciou que o partido vai entregar no Parlamento um projeto de resolução em que recomenda que o Governo Regional dê “absoluta prioridade à remoção de amianto dos edifícios escolares da rede de ensino público da Região”.



CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ALVAIÁZERE

Retificação/(mês)Convocatória Publicada no Povo Livre de 17 de Fevereiro de 2021.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alvaiázere, para reunir no próximo dia 27 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 11H00 na Sede do PSD Alvaiázere, sita na Estrada Nossa Senhora dos Co-vões, 1 – R/c, Alvaiázere, e por via telemática, devido à atual situação epidemiológica, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Relatório e contas de 2020 e orçamento para 2021;
3. Dar parecer sobre candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais nos termos da alínea f) do art.º 53.º dos Estatutos do PSD;
4. Análise da situação política local, distrital e nacional;
5. Outros assuntos.

Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, os militantes podem participar através das seguintes opções: - Por via telemática (plataforma Zoom), sendo o respetivo link enviado por e-mail a todos os militantes que assim o desejam, devendo para o efeito inscreverem-se obrigatoriamente através do email psd.alvaiazere@gmail.com ou do 913168555 (Presidente da Mesa) até ao dia 25/02/2021 por questões logísticas.

Os militantes que pretendam participar presencialmente na reunião terão obrigatoriamente, de comunicar tal vontade, para o endereço de correio eletrónico psd.alvaiazere@gmail.com ou do 913168555 (Presidente da Mesa) até ao dia 25/02/2021 por questões logísticas. Não será autorizada a entrada na sala, a quem não tenha procedido à comunicação.

A Assembleia neste formato decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se o Plenário da Assembleia da Secção de Cascais para o dia 3 de março (quarta-feira) de 2021, pelas 21 H00, a qual excepcionalmente e por força da atual situação epidemiológica irá decorrer em Plataforma de Videoconferência ZOOM Link a reportar atempadamente a todos os militantes com contacto eletrónico disponível no ficheiro da base de dados do Partido e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Avaliar, ouvir e auscultar o Plenário sobre a candidatura Autárquica

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Figueiró dos Vinhos, para reunir, no próximo dia 6 de março (sábado) de 2021, pelas 16H00 na Sede, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Análise da situação política;
3. Plano de atividades e orçamento para o ano 2021;
4. Relatório de contas de 2020;
5. Dar parecer sobre o processo Autárquico, nos termos do artº 53º, nº 2 alínea f) dos Estatutos.

Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes. Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, os militantes podem participar através das seguintes opções.

Por via telemática (plataforma Zoom), sendo o respetivo link enviado por email a todos os militantes que assim o desejarem, devendo para o efeito inscreverem-se obrigatoriamente através do email psdfigueirosdosvinhos2016@gmail.com ou do nº919654539 (Presidente da Mesa).

Os militantes que não dispoem de condições podem participar presencialmente na reunião. A Assembleia neste formato decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Mangualde para reunir no próximo dia 3 de março (quarta-feira) de 2021, às 21H00, em formato online via plataforma ZOOM. Os militantes que queiram participar na reunião deverão colocar o ID da reunião 93963457296 e a senha 0htP7h.

Ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política atual;
2. Aprovação do Orçamento para 2021;
3. Parecer sobre candidatura aos Órgãos das Autarquias Locais.

MARVÃO

Alteração do Horário /Publicado no Povo Livre de 27 de Janeiro de 2021

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Marvão do PSD para uma Assembleia Eleitoral da Secção, no dia 28 de fevereiro (domingo) de 2021, na Sala da Antiga Ludoteca de Santo António das Areias, entre as 10H00 e as 12H00/Marvão com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

Notas: As candidaturas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

Durante o ato eleitoral deve-se ter em consideração as recomendações da DGS-Usar máscara, manter o distanciamento, levar caneta própria e levar desinfetante.

MIRANDELA

Ao abrigo do disposto nos artº 50º 51º dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Mirandela para reunir em Assembleia Geral, via plataforma digital, no próximo dia 5 de março (sexta-feira) de 2021, pelas 21H30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleições Autárquicas;
2. Outros assuntos.

MONTEMOR-O-NOVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Montemor-o-Novo para reunir no próximo dia 3 de março (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, através da plataforma Zoom, realizando-se online através do link, com a seguinte:

<https://us02web.zoom.us/j/83681655956?pwd=eWJ4Y0hrNUo5YVhyTDA3eTNjVjVtdz09>

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação do perfil do candidato à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nas eleições Autárquicas de 2021;
2. Aprovação da coligação concelhia com CDS.

MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção do PSD de Montemor-o-Velho, para reunir no próximo dia 6 de março de 2021, pelas 21H30, em regime de teleconferência ZOOM através do seguinte link:

<https://zoom.us/j/95458919001?pwd=MUJQbFI0TGsrU0NIR29tckFVZxp0UT09>

ID da reunião: 954 5891 9001

Senha de acesso: 520307

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Dar parecer sobre a proposta da candidatura autárquica, ao abrigo da alínea f), do número 2, do artigo 53º, dos Estatutos do PSD;
4. Outros assuntos.

MOURÃO

Nos termos do disposto no artº 53º, nº 2 alínea d), dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mourão, para reunir, no próximo dia 20 de março (sábado) de 2021, pelas 18H30, no Monte Colmeal, sita na Freguesia de Mourão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão-Eleições Autárquicas 2021;
3. Análise da situação política municipal;
4. Outros assuntos.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 3 de março (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00, por Videoconferência através da aplicação ZOOM (as indicações de acesso à reunião estarão disponíveis atempadamente por email e nas redes sociais do PSD de Odivelas) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política;
2. Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política, nos termos da alínea f) n.º 2 do artigo 53.º dos Estatutos do Partido Social Democrata;
3. Outros assuntos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 05 de março (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório da Freguesia de Paranhos (Auditório Horácio Marçal), sito na Rua Álvaro Castelões, nº 811, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e votação do perfil dos candidatos Autárquicos;
3. Análise da situação política;

Nota: A Assembleia de Militantes funcionará em regime misto, com presenças limitadas a trinta pessoas na sala acima identificada e na plataforma Zoom;

A Assembleia decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde, sendo obrigatório a utilização de máscara e os lugares na sede da Secção limitados, sujeitos a pré-inscrição.

Os militantes que pretendam participar na Assembleia por videoconferência terão obrigatoriamente de comunicar tal vontade, até às 0H00 do dia anterior, para o endereço de correio eletrónico psddacidadedoporto@gmail.com O link de acesso à sessão será enviado, por email, aos militantes que o requererem.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Sintra, para reunir no dia 5 de março (sexta-feira), pelas 21H00, em modelo misto, presencial e via Zoom, com a seguinte:

CONVOCATÓRIAS**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Apreciar e votar o Relatório de Contas de 2020;
3. Apresentação do Plano de Atividades para 2021 e discussão e votação do Orçamento para 2021.

Nota: Por se tratar de uma reunião onde coexiste o modelo on-line, os militantes que desejem participar na Assembleia por esta via, deverão inscrever-se até ao dia 3 de março, impreterivelmente, para o e-mail geral@psd-sintra.pt, indicando o nome, o número do Cartão do Cidadão, o número de militante e o endereço de email para onde serão enviados os dados de acesso ao Zoom.

A admissão e a permanência na Assembleia via Zoom implica, necessariamente, a manutenção da câmara de vídeo ligada, por forma a ser garantida a identidade dos militantes presentes.

A Assembleia em modo presencial realizar-se-á na Associação "Recreios Desportivos do Algueirão", sita em Estrada do Algueirão, n.º 140, 2725-054 Algueirão/Mem-Martins.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção do PSD de Soure, para reunir no próximo dia 5 de março (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, em regime de teleconferência ZOOM através do seguinte link:

<https://zoom.us/j/99627769608?pwd=WEV5Z2VxeDIIZUC2eFpCZjJiR2pTQT09>

Senha de acesso: 854351

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Dar parecer sobre a proposta da candidatura autárquica, ao abrigo da alínea f), do número 2, do artigo 53º, dos Estatutos do PSD;
4. Outros assuntos.

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Sousel do PSD para uma Assembleia de Secção, no dia 6 de março (sábado) de 2021, pelas 17H00 na Sede da Secção do PSD, sita na Rua Direita, 5, - Sousel, e on-line através da Plataforma Skype, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Emissão de Parecer sobre a candidatura á Camara Municipal de Sousel nas Eleições Autárquicas de 2021;
2. Análise da Situação Política;
3. Outros Assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jstdnacional@gmail.com

**CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO**

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro, a realizar no dia 5 de março de 2021 (Sexta-feira) pelas 21 horas, através da plataforma zoom (os dados de acesso serão remetidos por e-mail), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de Atividades;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Apresentação, discussão e votação da moção sobre Erosa Costeira;
- 4 – Apresentação, discussão e votação do Regulamento para Requisição de Material da JSD Distrital de Aveiro;
- 5 – Outros assuntos.

III CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA JSD DISTRITAL DE BRAGA

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o III Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga, a realizar no dia 26 de Fevereiro de 2021 (Sexta-feira) pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de Atividades;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Debate temático sobre o tema: "Discussão sobre a abrangência da limitação legal de mandatos prevista na lei."
- 4 – Outros assuntos.

Nota: O III Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga será realizado digitalmente através da plataforma ZOOM, sendo a concelhia de Esposende a anfitriã. Na próxima edição do Povo Livre será publicado o link de acesso.

O Conselho Distrital agendado para o próximo dia 26 de Fevereiro, irá realizar-se através da plataforma ZOOM. Link de acesso:

<https://us02web.zoom.us/j/84137068227?pwd=VUczMHlyR2YrOWthWnByZnB1UzNnZz09>

A senha de acesso será enviada, directamente, a todos os membros que compõem o Conselho Distrital. Os restantes militantes do Distrito que desejem aceder à reunião devem solicitar a senha de acesso através do seguinte email: jsddistritalbraga74@gmail.com.

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Valpaços, para reunir no dia 27 de Março de 2021, na sede concelhia, sita na Avenida 25 de Abril, 22 – 1º Dto 5430 – 420 Valpaços, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia JSD de Valpaços.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Valpaços, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, no dia 27 de Março de 2021, estarão abertas entre 11h00 e as 13h00.

NÚCLEO DE GULPILHARES E VALADARES – V. NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral do Núcleo Residencial de Gulpilhares e Valadares da JSD para reunir, no próximo dia 27 de Março de 2021, entre as 17:00 e as 19:00, na sede do PSD/JSD de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro n.º 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política.

Nota: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário da JSD de Vila Nova de Gaia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Núcleo Ocidental do Porto, para reunir em Plenário Ordinário, a realizar no próximo dia 5 de Março de 2021, pelas 21h30, via Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Apresentação, discussão e votação das propostas para a Freguesia de Ramalde e a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos;
- 3 - Outros assuntos.